

Haiti na globalização: entre a revolução, o desenvolvimento e a violência

Haiti in globalisation: between revolution, development and violence

Haití en la globalización: entre la revolución, el desarrollo y la violencia

Fabio Luis Barbosa dos Santos



<https://orcid.org/0000-0002-5493-9633>

Resumo: Baseado em pesquisa de campo, conversas virtuais e análise de documentos, este artigo examina a corrosão do tecido social haitiano associado às intervenções de 1994 e 2004, com o objetivo de iluminar a crise atual. Argumenta-se que a intervenção de 1994 abriu as portas para a instauração de um complexo militar humanitário cuja atuação se renovou e se intensificou em 2004 e no terremoto de 2010. Neste contexto, o potencial das formas de associativismo haitianas foram subsumidos a uma modalidade individualista de desenvolvimento modelada pela cooperação internacional, ao mesmo tempo em que as instituições estatais haitianas foram preteridas: conformou-se um dispositivo militar-humanitário internacional de contenção da crise. A convergência entre o fim da Minustah em 2017, o declínio da cooperação internacional e da Petrocaribe corroboraram para a ruína deste simulacro de desenvolvimento, resultando no aceleração da crise em curso.

Palavras-chave: Haiti; intervenção internacional; capitalismo de desastre.

Abstract: Based on field research, virtual conversations and document analysis, this article examines the corrosion of the Haitian social fabric associated with the 1994 and 2004 interventions, with the aim of shedding light on the current crisis. It argues that the 1994 intervention opened the door to the establishment of a humanitarian military complex whose actions were renewed and intensified in 2004 and the 2010 earthquake. In this context, the potential of Haitian forms of association were subsumed into an individualistic form of development modelled on international cooperation, at the same time as Haitian state institutions were neglected: an international military-humanitarian crisis containment system was set up. The convergence of the end of MINUSTAH in 2017, the decline of international co-operation and Petrocaribe all contributed to the collapse of this development simulacrum, resulting in the acceleration of the ongoing crisis.

Keywords: Haiti; military intervention; disaster capitalism.

Resumen: Basado en investigaciones de campo, conversaciones virtuales y análisis de documentos, este artículo examina la corrosión del tejido social haitiano asociada a las intervenciones de 1994 y 2004, con el objetivo de arrojar luz sobre la crisis actual. Se argumenta que la intervención de 1994 abrió las puertas a la instauración de un complejo militar humanitario cuya actuación se renovó e intensificó en 2004 y en el terremoto de 2010. En este contexto, el potencial de las formas de asociacionismo haitianas quedó subsumido a una modalidad individualista de desarrollo modelada por la cooperación internacional, al tiempo que se relegó a las instituciones estatales haitianas: se conformó un dispositivo militar-humanitario internacional de contención de la crisis.

La convergencia entre el fin de la Minustah en 2017, el declive de la cooperación internacional y Petrocaribe contribuyó a la ruina de este simulacro de desarrollo, lo que aceleró la crisis en curso.
Palabras clave: Haití; intervención internacional; capitalismo de desastre.

INTRODUÇÃO

O fim da ditadura Duvalier no Haiti em 1986 despertou esperanças de mudança no Haiti e no mundo. O otimismo cresceu com a eleição presidencial do padre Jean-Bertrand Aristide em 1990. No entanto, poucos meses depois de tomar posse o novo presidente foi derrubado, abrindo uma conjuntura instável que desembocou em uma intervenção internacional para restituí-lo à presidência três anos depois: se a finalidade da transição haitiana era a afirmação de uma democracia liberal, esta transição foi atravessada por duas ocupações militares internacionais (em 1994 e 2004) e nunca terminou.

Este artigo examina a corrosão do tecido social haitiano associado às intervenções de 1994 e 2004, com o objetivo de iluminar a crise atual. Argumenta-se que a intervenção de 1994 abriu as portas para a instauração de um complexo militar humanitário cuja atuação se renovou e se intensificou em 2004 e no terremoto de 2010. Neste contexto, o potencial das formas de associativismo haitianas foram subsumidos a uma modalidade individualista de desenvolvimento modelada pela cooperação internacional, ao mesmo tempo em que as instituições estatais haitianas foram preteridas: conformou-se um dispositivo militar-humanitário internacional de contenção da crise. A convergência entre o fim da Minustah em 2017, o declínio da cooperação internacional e da Petrocaribe corroboraram para a ruína deste simulacro de desenvolvimento, resultando no aceleração da crise em curso.

TRANSIÇÃO SEM FIM

A particularidade da transição haitiana rumo a uma democracia que nunca existiu foi a vitalidade do movimento popular que corroborou para a implosão do regime dos Duvalier (1957-1986). A perspectiva do fim da ditadura foi vivida como a liberação de uma libido há muito reprimida, destampando múltiplas possibilidades de ativismo que a partir de 1984 inflamaram as ruas (Saint-Armand, 2021, p. 79). Na linha de frente dos protestos estavam organizações populares (OP) constituídas sob a influência da Igreja católica. Mobilizando a juventude, muitas OPs desenvolveram certa autonomia política e cultivaram um repertório de manifestações marcado pela performance violenta, como queimar pneu ou virar carro. Confrontada com o fim do regime, é como se a sociedade se voltasse contra o estado.

No entanto, como em outros países da região, a ditadura caiu por cima e não por baixo. A remoção do ditador foi descrita como “um golpe de Estado de alto nível com convên-

cia internacional” (Rolph-Trouillot, 1990, p. 226). Sob o pano de fundo do levante popular, operou-se uma transmissão ordeira do poder para um Conselho Nacional de Governo que assegurou uma gestão conservadora e repressiva da transição. Jean-Claude Duvalier (Baby Doc) não fugiu, seus crimes nunca foram julgados e o ditador voltou ao país em 2011. No reverso da impunidade oficial, desencadeou-se a chamada *dechoukaj* (desenraizamento), partindo da compreensão popular de que era necessário remover as raízes da ditadura para o novo florescer. Tudo associado aos Duvalier caiu em desgraça junto à população, que vingou muitos *tonton macoute* e seus patronos no campo e na cidade (Eyma, 2025).

A ação direta nas comunidades era sintoma de uma vitalidade política que tinha sido sufocada mas não extinta pelo regime. Ao mesmo tempo, explicitava-se a ausência de mediações capazes de aglutinar e dar contorno propositivo à urgência das ruas. Esta realidade decorria do grau excepcional de repressão sofrido pela intelectualidade haitiana e dos espaços de reflexão crítica sob a ditadura (Rolph-Trouillot, 1990), inviabilizando qualquer processo comparável ao que desaguou na formação do Partido dos Trabalhadores no Brasil. Neste contexto, o fim do regime abriu um vazio político, vivido como sucessivas crises. Se a finalidade da transição haitiana era a afirmação de uma democracia liberal, esta transição foi atravessada por duas ocupações militares internacionais e nunca terminou.

Os primeiros anos depois da partida de Baby Doc se caracterizaram por altos níveis de turbulência política e social, em que o exército se posicionou como um sujeito político decisivo. Em 1987, o país adotou uma nova constituição que incorporou o crioulo como idioma oficial. Porém, as eleições em novembro daquele ano foram interditadas pela violência militar, que massacrrou dezenas de eleitores e suspendeu o pleito. A votação realizada sob controle militar pouco depois foi boicotada pela maioria dos candidatos e mais de 90% dos eleitores se abstiveram (Carter, 1990). Só no final de 1990 houve eleições legítimas.

Naquele momento, a esperança de mudança foi encarnada pelo padre salesiano Jean-Bertrand Aristide, que batizou seu partido como *Lavalas* (enxurrada), aludindo a uma canção de protesto comparando os manifestantes anti-Duvalier a uma enxurrada que levaria o regime opressor. Influenciado pela teologia da libertação, Aristide construiu sua reputação por meio do trabalho paroquial na comunidade favelada de La Saline na capital. Crítico da ditadura, sua reputação foi catapultada quando sobreviveu a um atentado que vitimou uma dezena de fiéis em plena missa em 1988 (Dubois, 2013, p. 270). Tributário de uma tradição católica de falar por, para e pelos oprimidos, Aristide e o Lavalas se comunicavam com o povo em crioulo, o que era uma marca de distinção em relação às elites afrancesadas. Ao mesmo tempo, o padre manejava o léxico da esquerda latino-americana, que logo lhe abraçou. Desprezado pelos rivais, Aristide não apresentou um programa político preciso mas foi o único dos 11 candidatos com uma posição clara contra o makoutismo. Em

um país empobrecido e devastado pela ditadura, a proposta do padre salesiano de “passar da miséria à pobreza digna” arregimentou 67% dos votos no primeiro turno (Castor, 2008; Deibert, 2017; Wargny, 2008).

A vitória de Aristide foi recebida com entusiasmo no país e no exterior. A brecha aberta pelo movimento popular parecia se alargar, abrindo uma alameda de esperança. O duvalierismo sofrera uma derrota acachapante, e os militares não teriam voz de comando no novo governo. Fora do país, a esquerda que amargou a derrota de Lula e do sandinismo celebrava o triunfo do Lavalas, enquanto o campo liberal identificava em Aristide uma liderança capaz de conduzir a transição democrática evitando maior derramamento de sangue, à maneira de Nelson Mandela na África do Sul. Porém, apesar do tom conciliatório e da postura moderada do novo presidente, os militares haitianos acreditaram (ou quiseram acreditar) em uma ameaça revolucionária extemporânea. Sete meses depois de empossado, Aristide foi derrubado por um golpe militar em setembro de 1991. A reação popular foi enfrentada com uma brutalidade que parecia ultrapassada, incluindo um revival dos *Tonton Macoutes* que tomou forma como o *Front Révolutionnaire Armé pour le Progrès d’Haïti* (FRAPH). Cerca de 5 mil pessoas foram assassinadas, milhares torturadas e outras 300 mil se esconderam ou fugiram (Bellegarde-Smith, 2004). A democracia haitiana morria sem nunca ter vivido.

INVASÃO 1: RETORNANDO ARISTIDE

Depois de alguns meses em Caracas, Aristide se exilou nos Estados Unidos, o que era em si um sinal de mudança dos tempos. O fim da Guerra Fria tornava anacrônico o regime militar como dispositivo anticomunista, uma realidade que até Pinochet foi compelido a aceitar. Neste contexto, a tentativa de construir um duvalierismo sem Duvalier não encontrou respaldo na potência norteamericana (Castor, 2008, p. 27). Por debaixo dos panos, a Central Intelligence Agency (CIA) financiava o FRAPH que dizimava a base popular do Lavalas, mas o que se via era os Estados Unidos liderarem um embargo internacional de consequências devastadoras para uma economia que importava quase tudo o que consumia: o eclipse comunista fazia da extemporânea ditadura haitiana um pária internacional, que somente o Vaticano reconheceu. O embargo agravou a escassez e o Haiti se tornou dependente do contrabando da República Dominicana, a Junta Militar chafurdou no tráfico de drogas e a imigração explodiu: entre o final de 1991 e o início de 1992 mais de 35.000 haitianos embarcaram em direção à Flórida onde, ao contrário dos cubanos, não eram recebidos como refugiados políticos (Wargny, 2008, p. 137).

Em função da crise migratória, a pauta haitiana ganhou premência nos Estados Unidos e Bill Clinton se comprometeu a intervir no país na campanha que o levou à presidência em 1993. Em poucos meses, a administração Clinton compeliu Aristide a nego-

ciar com a Junta Militar liderada por Raoul Cédras e vice-versa, culminando nos acordos de Governors Island prevendo o retorno de Aristide em outubro daquele ano. Não foi uma triangulação simples. O prestígio popular de Aristide residia na sua identificação com os de baixo: o seu alinhamento aos Estados Unidos não era evidente e precisou ser construído. Uma relação de interdependência se desenhou: “A menos que ele (Aristide) possa contar conosco, sabemos que o processo não pode ser bem sucedido; a menos que possamos contar com a sua total cooperação, o esforço também falhará” (Lake, 1993).

Se Aristide era pouco confiável, os militares se mostraram intransigentes e traiçoeiros. Quando se aproximava a data acordada para o retorno de Aristide em 1993, os Estados Unidos despacharam um navio militar que se deparou com uma agitação orquestrada pelo FRAPH no porto haitiano em que pretendia atracar. Assombrados por perdas recentes na Somália, os ianques deram meia volta (Pezzullo, 2006, p. 188). O episódio foi interpretado como uma vitória da linha dura do exército e Cédras anunciou que não cumpriria o acordado com o presidente no exílio. Os Estados Unidos responderam com um bloqueio naval, uma escalada nas sanções e uma investida diplomática visando legitimar uma invasão que, a seus olhos, parecia inevitável. Como a Junta Militar não se abalou, em julho de 1994 o Conselho de Segurança da ONU autorizou o uso da força militar para “restaurar a democracia no Haiti”, que deveria ser sucedida por uma missão de paz. A intervenção armada só foi evitada por uma manobra diplomática de última hora liderada pelo ex-presidente Jimmy Carter com o auxílio do General Colin Powell, que tinha sido professor de Cédras na Escola das Américas (Pezzullo, 2006, p. 188).

Os oficiais haitianos foram surpreendidos pela natureza e dimensão da ocupação, mas já era tarde. Em 15 de outubro, Aristide voltou à presidência escoltado por 20 mil soldados movimentando cruzadores, porta-aviões, aviões de combate e helicópteros: começava a segunda ocupação militar estadunidense no Haiti no século XX. O aparato bélico também desconcertou a população, já que o país não estava em guerra. Meses depois, a operação “Defender a Democracia” (*Uphold Democracy*) cedeu lugar para a uma missão de paz da ONU na qual participaram muitos soldados da intervenção original, além do comandante das tropas estadunidenses, que também chefiou as forças onusianas (Pezzullo, 2006). Sob nomes diversos, a presença internacional se estendeu até o final do século. Paradoxalmente, as condições do retorno de Aristide corroboraram para aprofundar a influência estrangeira que sempre criticou.

O DECÊNIO LAVALAS (1994-2004): ENTRE O INCENDIÁRIO E O BOMBEIRO

Aristide foi o primeiro presidente deposto na América Latina restituído ao cargo. Mas chegar à presidência eleito por 2/3 dos votos com um mandato de mudança radical, era muito diferente de ser escoltado por tropas invasoras para reconciliar o país e sintonizá-lo com a globalização neoliberal esposada por seus patronos, que ainda descontaram os 37 meses de

exílio do mandato que lhe tocava cumprir. Aristide não era o mesmo, mas o país também não. Naqueles três anos, a corrosão social do período Duvalier não foi revertida mas aprofundada: instituições governamentais se fecharam, a universidade sofreu intervenção e o turismo estancou. O PIB encolheu em um quinto, 200 mil empregos se perderam e a renda *per capita* diminuiu em 30%. A alta no preço de alimentos básicos modificou o padrão alimentar da maioria, que passou a fazer duas refeições diárias em lugar de três, enquanto a cobertura da vacinação infantil caiu de 40% em 1990 para menos de 12% em 1993. Três anos depois Aristide encontrou um país com menos estrutura, mais pobre e mais doente (Gibbons; Garfield, 1999).

Apesar da situação crítica do Estado haitiano, a política dos invasores agravou a debilidade das instituições nacionais em lugar de reforçá-las. De um lado, a invasão estadunidense seguida pela missão onusiana abriu as portas para uma outra invasão, protagonizada por organizações não governamentais (ONGs). Embora sua presença não fosse inédita, a visibilidade internacional da situação haitiana atraiu muitas organizações que se escoraram no aparato da ocupação para se estabelecer no país. Em lugar de reconstituir-se como nação, o Haiti estava em vias de se converter em uma “república das ONGs” (Schuller, 2017). Por outro lado, o apoio estadunidense e das instituições financeiras multilaterais ao governo estava condicionado à liberalização dos mercados e à implementação de um programa de ajuste estrutural, segundo um acordo assinado em Paris um mês antes do retorno de Aristide. O intelectual Gérard Pierre-Charles, então aliado a Aristide, descreveu esta política como um “plano de choque” (Pierre-Charles, 2020, p. 202).

O governo elevou as tarifas de energia, água e telefone, enquanto a alíquota de importação foi reduzida para 3%, em contraste com a média de 20% na República Dominicana (Étienne, 2007). Particularmente desastrosa foi a liberalização da importação do arroz, cujo imposto se reduziu de 50% para 3%. O Haiti deixou de ser autosuficiente para se tornar um dos principais importadores de arroz subsidiado, notadamente do Arkansas, estado natal de Clinton. Posteriormente, o próprio presidente reconheceu os efeitos devastadores da medida, que considerou um erro (Ninaj, 2016). A agenda antipopular não foi consensual no próprio governo Aristide. O primeiro-ministro Smarck Michel e a ministra das finanças Marie Michéle Rey eram aliados dos Estados Unidos comprometidos com o programa de privatizações mas enfrentaram oposição interna (Office, 1996), inclusive do presidente, e renunciaram um ano mais tarde. Naquele momento já se preparavam as eleições, uma vez que os 15 meses concedidos para Aristide concluir o seu mandato terminavam e as manobras para estendê-lo não tiveram sucesso.

Talvez a medida de maior consequência deste breve mandato foi o desmanche do exército. Os invasores afirmaram em inúmeras ocasiões a necessidade de reformar o sistema judiciário, profissionalizar o exército e separá-lo da polícia (Lake, 1993b). Mas a abolição do corpo armado parece ter sido uma iniciativa de Aristide baseada no precedente paname-

nho. Porém, a dissolução do exército em um contexto de corrosão social resultou em uma crescente militarização da sociedade haitiana. É como se o avesso do monopólio da violência consentida – que no Haiti nunca foi realmente monopolizada nem consentida – fosse o seu fracionamento para muitos lados. Em reação a aparatos paramilitares neo-duvalieristas que continuavam operando, constituíram-se estruturas de autodefesa em bairros populares simpatizantes do Lavalas (The Global Initiative, 2022, p. 5). A aproximação entre organizações comunitárias e o movimento associado ao presidente foi complexa, sendo motivada por uma confluência entre a busca por proteção, interesses econômicos e identidade política. Aristide por sua vez, alimentou esta aliança com o “gueto”, fazendo de bairros favelados como aquele em que serviu como pároco em Porto Príncipe, a sua base preferencial.

Base (*baz* em crioulo) é um termo que descreve uma forma social que tem expressões variadas, sempre pautadas por vínculos de confiança mútua, interdependência, proximidade, afeto e proteção. Espaço nuclear da sociabilidade periférica, as bases se dedicam às atividades descritas pelos moradores como “política”, “desenvolvimento”, “cultura” e “violência”: “política” diz respeito à pressão por serviços públicos e outros benefícios em negociações de apoio político; “desenvolvimento” alude à busca de melhorias concretas que exigem o domínio da forma “projeto” para buscar apoio público ou da cooperação internacional; “cultura” remete às múltiplas expressões artísticas e de festa que precisam de recursos para acontecerem; por fim, “violência” se refere às atividades armadas que incluem o crime, a autodefesa ou o controle armado do território. Via de regra, estas dimensões se misturam e conformam instâncias importantes da sociabilidade local (Braum, 2014).

No início dos anos 1990 as bases não se caracterizavam por vínculos com atividades delitivas e o armamento que manejavam ainda era precário. Porém, de modo análogo ao que aconteceu em El Salvador, a deportação de marginais haitianos dos Estados Unidos naquela década trouxe consigo uma cultura “gangster” (Braum, 2014, p. 245). Embora as bases não tenham origem na delinquência, a escassez fez com que a concorrência por oportunidades de acessar dinheiro e trabalho tendessem à violência. Por este prisma, as bases podem ser vistas neste momento como uma forma de organização da concorrência comunitária na luta por escassas oportunidades de acessar dinheiro originado de projetos junto à cooperação internacional e ao Estado. Trata-se de uma dinâmica violenta e não por acaso, a atuação das bases envolve uma dimensão armada que explode ocasionalmente em conflitos territoriais.

Foi navegando nestes meandros que Aristide renovou sua aliança com setores populares. Porém, a política do líder lavalassiano distanciou-se de um projeto de mudança social para abraçar ambições caudilhescas, arriscando a reincidir traços de um autoritarismo populista que teve na ditadura Duvalier sua encarnação mais recente. Neste quadro, o movimento Lavalas cindiu-se. Em 1996, a Organização Política Lavalas (OPL) rompeu com Aristide

e passou a se chamar Organização do Povo em Luta (OPL). O ex-presidente criou um novo partido, o *Fanmi Lavalas* ("Família Lavalas"), e deixou definitivamente o sacerdócio. Aristide não conseguiu prolongar o seu curto mandato mas elegeu como sucessor René Préal (1995-2000), que tinha sido primeiro-ministro do seu governo em 1991.

Aristide chamava Préal de irmão gêmeo, uma figura que tem um estatuto sagrado no vodou. Gêmeos, mas não por semelhança: estas figuras de temperamento oposto se complementaram na política haitiana pós invasão. Alternando-se no poder, cada um presidiu o país duas vezes. Préal foi o primeiro presidente haitiano eleito a completar o mandato na história, e isso aconteceu duas vezes: em 2000 e 2010. Já Aristide voltou a ser derrubado em 2004. Préal deve sua primeira eleição em 1995 ao prestígio da Família Lavalas e do seu líder, que no entanto, cedeu a presidência contrariado. Este primeiro mandato foi marcado por reformas estruturais e privatizações, além de disputas intestinas que paralisaram o governo. Mas quando se reelegeu em um país novamente ocupado em 2006, Préal se afirmara como uma liderança moderada e confiável para as potências internacionais. Em outras palavras, o contrário de Aristide. E no entanto, seu prestígio continuava ligado ao seu duplo, ainda que de modo inverso: como disse o diplomata Ricardo Seitenfuss (2024), Aristide era o incendiário e Préal, o bombeiro.

O país ameaçou pegar fogo na última presidência de Aristide (2001-2004). As eleições de 2000 foram boicotadas por uma oposição apoiada pelo republicanismo estadunidense, e a acusação de fraude nas eleições parlamentares foi endossada por Clinton, que suspendeu a ajuda externa. Aristide tinha caído em desgraça com seu patrono imperial, mas não foi pela esquerda. No plano macroeconômico, a década de domínio do Lavalas (1994-2004) nunca desafiou a agenda do ajuste estrutural e se Aristide questionou as privatizações sob Préal, nunca considerou revertê-las. A abertura comercial e financeira facilitou a inserção em circuitos internacionais mercantis e financeiros de uma economia que produzia cada vez menos aquilo que consumia, dependendo da ajuda internacional, de remessas e de tráficos diversos (Rosny, 2008, p. 30). O incêndio não foi por aí.

Potencialmente explosivo foi o caminho pelo qual Aristide renovou os vínculos de lealdade com setores populares. Enquanto o líder lavassaliano derivava para um projeto de poder pessoal, a crise multidimensional acuava os guetos, que recorreram a estratégias de sobrevivência em que Aristide foi identificado como um aliado. No cruzamento entre um líder em busca de uma base popular e de bases em busca de aliados no poder, engendraram-se vínculos que tendiam a se descolar da adesão ideológica a um projeto societário. Em uma realidade em que o potencial redistributivo do Estado é extremamente limitado, as bases arriscavam estabelecer vínculos obscuros com o governo, facilitando uma espécie de redistribuição forçada e violenta de riqueza, recorrendo a extorsões e sequestros. O turbilhão haitiano condenava

a movimentação dos diferentes atores sociais a um horizonte de curto prazo, impondo uma lógica avessa à qualquer política que fosse além do poder pelo poder, um dia após o outro. O esvaziamento da política era corroborado por Aristide, que se posicionava cada vez mais como um líder messiânico a ser seguido e adorado. O caudilho popular pretendeu fazer do movimento social que lhe apoiava um instrumento de disputa política e repressão, ao mesmo tempo em que seu governo reproduzia os abusos de poder, o clientelismo e o autoritarismo característico de regimes anteriores (Hurbon, 2001). Muitos que apoiaram o primeiro governo Aristide, agora estavam na oposição (*Concertation pour Haïti*, 2004).

Entre dissidências e grupos armados pela oposição, o governo se deparou com uma série de levantes comprometendo o controle do território. Focos armados proliferaram na fronteira com a República Dominicana e o *Front de Resistance de l'Artibonite* armado por ex-militares na região de Gonaïves ameaçava marchar até a capital, enquanto Colin Powell agora pressionava o presidente a renunciar. Na França, relatório encomendado a Régis Debray considerava ilegal a devolução da indenização expropriada ao Haiti no século XIX reivindicada por Aristide, mas recomendava aumentar a ajuda ao país por “dever de memória”, segundo “uma lógica de solidariedade e não de restituição” (Rapport, 2004). Hostilizado no país e no exterior, Aristide deixou o país escoltado por soldados estadunidenses rumo ao exílio na África do Sul. O caudilho do Lavalas alega que foi sequestrado e nunca admitiu ter renunciado.

INVASÃO 2: O COMPLEXO MILITAR-HUMANITÁRIO

No bicentenário da revolução em 2004, o Haiti foi invadido novamente pelos Estados Unidos. Como dez anos antes, a defesa dos direitos humanos e da democracia situava o direito de intervenção no terreno moral, referido a valores universais. A fragilidade do argumento legal diante da lei internacional deveria ser compensada pela justificação moral segundo uma lei natural, assentada em valores supostamente universais que comandavam aprovação internacional - desta vez, contra Aristide. Na prática, a intervenção se tornara um direito apropriado pelos fortes (Wallerstein, 2007), que reciclavam a ideologia da missão civilizatória com a roupagem da democracia e dos direitos humanos escorada no complexo militar-humanitário que se instaurou.

Como dez anos antes, a intervenção foi seguida por uma missão da ONU com o objetivo de debelar focos de insurgência armada, sobretudo aqueles partidários de Aristide, visando estabilizar a situação e realizar eleições. De imediato, os invasores convocaram um “conselho de sábios” que elegeu como primeiro-ministro interino um ex-funcionário da ONU que vivia na Florida. Por baixo da retórica de “união nacional”, iniciou-se uma caçada policial a militantes do Fanni Lavalas, enquanto muitos funcionários contratados sob Aristide foram demitidos.

Associações, organizações e comitês de bairros que formavam a raiz do Lavalas iniciaram um movimento de luta armada, que a imprensa internacional alcunhou como “Operação Bagdad” (Deibert, 2017, p. 54). Na visão dos protagonistas, o movimento visava não apenas derrubar o governo golpista e restituir Aristide à presidência, mas levar a cabo uma revolução que elevaria as lideranças do gueto e suas organizações ao poder. Diferente da gramática marxista, este vocabulário revolucionário remete às múltiplas expressões de luta dos negros contra o opressor *blan* (branco) que estruturam percepções populares sobre a opressão passada e presente, trançando fluxos de continuidade revolucionária entre 1804 e a atualidade. No Haiti, a revolução dos escravizados e a rebeldia popular englobam as tradições da esquerda e não o contrário (Braum, 2014).

Cité Soleil, Bel Air, Delmas, Solino estão entre os bairros que se insurgiram em Porto Príncipe. O movimento foi sufocado pela ação da polícia, dos capacetes azuis da Minustah e de grupos paramilitares, mas também sofreu fraturas internas. Derrotadas militar e politicamente, as bases foram impelidas a se ajustar ao novo cenário. Na medida em que a racionalidade onusiana previa a substituição do componente militar da intervenção por políticas sociais mediadas pela cooperação internacional, as bases abandonaram a “revolução” para focarem no “desenvolvimento”. Esta transição se consumou quando, após quatro adiamentos, a estabilização relativa permitiu a realização de eleições em fevereiro de 2006. René Préval voltou à presidência em um pleito que o Fanmi Lavalas foi proibido de disputar. Para evitar a realização de um segundo turno, decidiu-se descontar os votos em branco do cômputo total, assegurando a Préval 51% dos votos válidos: os ocupantes e as autoridades que instituíram trocaram a lisura pela calma (Hector, 2008, p. 61).

O ESPARADRAPO HUMANITÁRIO

O golpe de 1991, a ditadura, as sanções, a invasão estadunidense, a ocupação da ONU e a década de ajuste estrutural condenaram à ruína o Estado de direito projetado em 1987. Dados oficiais sobre as condições de vida dos haitianos indicavam que, em 2003, 31,6% dos lares tinha acesso à eletricidade, o acesso à água corrente era precário e 88,5% das casas não tinha chuveiro ou banheira (Saint-Armand, 2021, p. 106). A debilidade dos serviços estatais é ilustrada por dados de 2006 sobre o sistema educacional, apontando que 92% das escolas eram privadas, 33% delas eram abrigadas em igrejas, 19% em casas e 19% ao ar livre. Dentre estas escolas 58% não tinham banheiro, 23% não dispunham de água e 77% não acessavam eletricidade (Douras, 2010).

Face à precariedade dos serviços estatais em educação, saúde, saneamento básico e coleta de lixo, o cuidado com a população ficou em grande medida nas mãos de entidades humanitárias estrangeiras que inundaram o país à sombra da ocupação. Via de regra, es-

tas organizações constituem circuitos autoreferidos que atuam de forma paralela ao tecido social que encontram (Tadeusz, 2025). Na outra ponta, a concorrência por recursos escassos distribuídos na forma projeto esvazia a densidade política do associativismo haitiano, enquanto a forma “não-governamental” é por definição avessa ao Estado, encarado como um atravessador que corrompe as boas intenções que embalam a ação das ONGs. Ao corroborar para desvitalizar o tecido associativo e o Estado haitiano, a cooperação internacional agrava condições estruturais que justificam a intervenção militar humanitária. A despeito de trabalhos sérios e de pessoas comprometidas, o sentido estrutural desta atuação não traz estabilidade porque debilita os fundamentos de uma existência política autônoma, o que por sua vez, demandará mais intervenção. A irracionalidade deste circuito fechado sugere que o sentido primordial da cooperação internacional não é tirar o Haiti da crise, na qual a indústria da ajuda humanitária encontra um meio de vida. A crise serve como mola de uma indústria cujo sentido último é justificar a si mesma (Thomaz, 2010; 2024).

Juste (2007) identifica uma racionalidade contrainsurgente na penetração de ONGs e agências internacionais na esteira da intervenção onusiana. Na sua leitura, a difusão do “individualismo desenvolvimentista” é parte de uma estratégia de disciplinamento e subordinação de sociabilidades rebeldes por meio de mecanismos de sociabilidade liberal controlada difundidos pelas ONGs, sobretudo no campo. A conversão da “revolução” em “desenvolvimento” implica um estreitamento do horizonte de expectativa, em que a política como possibilidade de transformação social se dissolve no projeto como estratégia de sobrevivência. Reduzida a projeto social, a política deixa de ser conjugada no coletivo para se confundir com as correrias da viração de cada dia, agora atravessada por uma microgestão das contradições sociais operada por dispositivos do desenvolvimento onguista: “A atividade de micro-desenvolvimento tende a substituir a dinâmica da luta contra a exploração, dominação e discriminação, paradoxalmente, em nome do desenvolvimento dos indivíduos.” (Juste, 2007, p. 225).

No campo e na cidade, as comunidades são instadas a criar ou repaginar organizações para “trazer o desenvolvimento” e “fazer política”. A estas organizações caberia estabelecer contatos, escrever projetos e buscar recursos. Em Porto Príncipe, lideranças derrotadas na operação Bagdad se reposicionaram por meio do controle da política, do desenvolvimento e do controle armado das regiões em que atuavam. Neste processo, militantes, soldados e comandantes das bases se converteram ou se desdobraram em “líderes comunitários”, “mediadores” e “facilitadores”. Sob a égide da cooperação internacional, configurou-se uma rede tecno-política entrelaçando agências, profissionais, projetos, programas e valores que associavam participação política, estabilidade, paz e desenvolvimento (Braum, 2014, p. 23). Melhor dizendo, associavam a sua versão individualizante, tecnocrática e despolitizadora dessas noções, em uma aposta de pacificação social.

Estes duplos (ou triplos) de militante, facilitador e soldado atuavam como *brokers*, fazendo a mediação entre as bases, a comunidade, os governos, as agências da cooperação e os chamados “contatos”. Neste processo, se articularam a redes envolvendo as Nações Unidas, a Minustah, ONGs e o governo de René Préval (2006-2011). Na periferia de Porto Príncipe, a principal trama desta articulação foram os programas de desarmamento, que se conectavam a projetos de segurança comunitária e desenvolvimento promovidos por estas entidades. Sua ponta de lança foram programas de tipo Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), uma tecnologia característica de intervenções da ONU em contextos de guerra civil desde 1989. O governo Préval abraçou a proposta e formou uma *Commission Nationale de Désarmement Démantèlement et Réinsertion* (CNDDR) para gerir o envolvimento estatal.

A particularidade haitiana no quadro das DDR impulsionadas pelas Nações Unidas é que não havia uma guerra civil à maneira dos Balcãs, mas um conflito aberto entre bandos armados com relações obscuras com atores estatais e negócios ilícitos. A percepção de que a situação de Porto Príncipe era mais parecida com o Rio de Janeiro do que com Sarejevo motivou o envolvimento da ONG Viva Rio, presente no Haiti desde 2005 (Braum, 2014, 403). No outro lado da mesma moeda, o Brasil governado por Lula assumiu o comando da Minustah, que foi entregue ao General Augusto Heleno. Essa participação foi concebida nos marcos da intenção de elevar o Brasil à primeira divisão da política internacional: fazer do país um *global player*. Os militares brasileiros por sua vez, enxergaram no Haiti um campo de experimentação de tecnologias de gestão violenta de populações empobrecidas (Harig, 2018). A experiência brasileira parecia útil ao Haiti, e vice-versa.

Em Porto Príncipe ou no Rio de Janeiro, ONGs e militares brasileiros operam em um mundo em que as fronteiras entre a militarização da vida e a assistência social, se diluem. Quando a guerra se traveste de “trabalho social armado”, já não se trata de vencer batalhas, mas de pacificar populações (Bacevich, 2010). No Haiti, modalidades de participação balizadas pela institucionalidade onusiana esvaziaram o viés classista do ativismo social: a participação popular se transmutou em “desenvolvimento” via projeto, configurando um conjunto de técnicas que desmobilizam mobilizando (Arantes, 2014). Como no Rio de Janeiro, coerção e serviço social se deram as mãos para produzir uma pacificação, que só poderia ser provisória.

AID FOR TRADE?

Em paralelo ao dispositivo militar humanitário, o governo Préval endossou a cartilha pregada por Bill e Hilary Clinton pretendendo substituir a ajuda por investimento (*aid for trade*). O casal foi excepcionalmente atuante no Haiti por meio de postos governamentais, do ativismo pós-terremoto e da Fundação Clinton. À frente do Departamento de Estado na primeira presidência Obama (2009-2013), Hilary também enxergou no Haiti um laboratório

“para testar novas abordagens ao desenvolvimento que possam ser aplicadas de forma mais abrangente em todo o mundo” (Robinson, 2016). O centro da abordagem em questão era impulsionar a conexão mercantil promovendo a indústria maquiladora.

Em 2005, os Estados Unidos aprovaram um acordo de promoção de parcerias (*Partnership Encouragement Act*) nos marcos da *Haitian Hemispheric Opportunity* renovada três anos depois (Hope 1 e 2), isentando de impostos roupas e outros produtos haitianos. Um dos principais beneficiados foi a zona franca de Codevi, estabelecida na fronteira com a República Dominicana em 2003. Este empreendimento dominicano que emprega mais de 18 mil trabalhadores haitianos produz para marcas como Levi’s, Calvin Klein, GAP e Polo (Adrianople Group, 2025). Também no norte do país está o Parque Industrial Caracol, o mais notório projeto econômico pós-terremoto, cuja construção envolveu a expulsão de mais de mil pessoas (ActionAid, 2016).

A importância do investimento estrangeiro no governo Préval foi pequena comparada ao influxo de recursos internacionais associados a Minustah. Em 2008, a ajuda externa respondia por 68% do orçamento nacional, sem contar a injeção de recursos derivada da presença de 7200 soldados, 1500 policiais e incontáveis experts civis. As contas públicas também se beneficiaram do acesso a petróleo a preços subsidiados por meio do programa venezuelano Petrocaribe.

A injeção de recursos via complexo militar-humanitário, as zonas francas e a cooperação petroleira pareciam colocar o Haiti em uma trajetória ascendente sob um governo decente. Quando entregou a presidência cinco anos mais tarde, René Préval tornou-se pela segunda vez o único presidente haitiano a completar o mandato constitucional. Também foi o único presidente desde o fim da ditadura que continuou vivendo no país e não foi para a prisão nem para o exílio – ao contrário, no final do seu governo facilitou o retorno de Baby Doc e de Aristide ao país, no segundo caso contrariando abertamente os Estados Unidos. Uma jornalista evocou a sua presidência nas seguintes palavras: «Quando penso em Préval, o que recordo são momentos de liberdade sem medo (...) Havia conversas e reportagens na rádio e nos jornais, tanto a favor como contra Préval, sem censura ou auto-censura. Realizaram-se festivais anuais de Vodou, em massa e em segurança, bem como marchas de protesto na capital, em grande parte sem incidentes (...) Préval nunca receou as críticas e, ao contrário de tantos presidentes haitianos que o antecederam, não suscitou no povo haitiano nem adoração, nem medo, nem ódio» (Wilentz, 2017).

Talvez fosse pouco em outras partes, mas suficiente para acreditar que dias melhores viriam. Observadores haitianos e internacionais rememoram o governo Préval sob a Minustah como um período em que, apesar dos pesares, o país parecia avançar. Acertada ou não, esta apreciação ganhou a força da nostalgia à luz do que veio depois.

A TRAGÉDIA COMO FARSA

No final da tarde de 12 de janeiro de 2010, um terremoto de grande magnitude abalou o Haiti. Seu epicentro localizou-se a poucos quilômetros da capital, que foi arrasada. O palácio presidencial, a catedral, a universidade, a principal prisão do país, hospitais e a sede da Minustah foram alguns dos edifícios que caíram ou foram seriamente comprometidos pelo sismo, que vitimou cerca de 200 mil pessoas. Rapidamente, imagens da tragédia correram o mundo e os circuitos da ajuda internacional se ativaram. Personalidades políticas, empresários, atrizes se somaram ao apelo para socorrer os haitianos e mobilizaram-se grandes somas (Thomaz, 2010).

A ajuda internacional fluiu ao país em proporções massivas. Os Estados Unidos assumiram as rédeas do envolvimento internacional, com o casal Clinton à frente. Segundo Seitenfus (2016), o terremoto marcou “o retorno abrupto ao comando de fato da Minustah do Tridente Imperial”, aludindo à aliança entre Estados Unidos, França e Canadá. Contrariando o acordado com o Brasil, os Estados Unidos passaram a controlar militarmente todas as atividades humanitárias na região metropolitana de Porto Príncipe, onde sua presença foi ostensiva (Victor, 2015).

O “tridente imperial” também assumiu as rédeas da política. Não foi possível realizar as eleições presidenciais previstas para um mês depois do terremoto, mas no final de 2010 a pressão internacional se impôs e o primeiro turno aconteceu. A apuração indicou que o candidato apoiado pelo então presidente René Préval, Jude Celestin, disputaria o segundo turno com a esposa do ex-presidente Leslie Manigat, Mirlande Manigat, deixando de fora um popular cantor de compas que se posicionou como um *outsider* político, Michel Martelly. Neodualista notório, “Sweet Micky” era conhecido por baixar as calças no palco. Na política, antagonizava Aristide de modo vulgar, em um pleito em que o Fanni Lavalas foi novamente excluído.

O resultado foi contestado com violência pelos apoiadores de Martelly e uma missão da OEA monopolizada pelos países do “tridente” trabalhando com critérios obscuros, indicou Manigat e Martelly como os mais votados (Grandin, 2011). Enquanto a praça Tahrir fervia com 200 mil manifestantes no Cairo, Hilary Clinton voou para dobrar Préval e impor este encaminhamento. É possível que Préval não fosse inocente mas receava pelo futuro do país nas mãos de oportunistas, o que não era infundado. Em um pleito no qual compareceram menos de 17 % dos votantes, a vitória de Martelly no segundo turno foi endossada pelas Nações Unidas e por Hilary Clinton: “Nós o apoiamos ; e temos bastante entusiasmo” (Deibert, 2017, p. 216).

A presidência de Martelly (2011-2016) foi marcada pela dilapidação do Estado e a aceleração criminoso em meio a altos níveis de corrupção e violência, sempre com apoio do complexo militar-humanitário internacional. Enquanto 700 mil haitianos ainda viviam acampados, o presidente declarou o país “*open for business*” e inaugurou o parque industrial Caracol com a presença dos Clinton um ano depois. Em 2012, mais camponeses foram expulsos para formar

a primeira zona franca agrícola do país, tendo à frente o futuro presidente Jovenel Moïse, cuja empresa bananeira Agritrans ganharia fama pelo desvio de fundos da Petrocaribe anos depois (APTN, 2025). Mas o esforço para inserir o Haiti na terceira divisão internacional do trabalho teve repercussão limitada. A economia política da reconstrução gravitou em torno da exploração de recursos da cooperação internacional, que pretendeu fazer do país uma “república das ONGs” (Dorival, 2015). No plano do Estado, os recursos manejados sob Martelly, que incluíam a cooperação venezuelana, serviram a propósitos particulares quando eram desviados ou não.

Visto nas periferias como uma pessoa distante do gueto, majoritariamente leal a Aristide, o presidente combinou clientelismo e guerra para se afirmar. Ao final dos seus comícios, frequentemente distribuía motocicletas para pessoas que escolhia, enquanto faltavam recursos para tudo. Mas seu aliado preferencial foram figuras associadas aos Duvalier e aos Tonton Macoute. O presidente pretendeu ressuscitar o exército haitiano, enquanto nas ruas apoiava umas bases armadas contra outras. Por outro lado, a CNDDR que gerenciava a entrega de armas e projetos de inserção foi desativada. Ao mesmo tempo, o desfinanciamento da segurança pública favoreceu a corrupção e a ineficiência policial, corroborando para a privatização da violência (The Global Initiative, 2022).

Sem disfarçar inclinações autoritárias, Martelly estendeu o mandato em meio a discórdias com o congresso que dissolveu, governando por decreto até deixar a presidência sob pressão popular em fevereiro de 2016. No final daquele ano, ainda elegeu seu sucessor em um pleito marcado por acusações de fraude e a abstenção de 80 % dos inscritos. Com apoio da comunidade internacional, o desconhecido empresário Jovenel Moïse chegou à presidência votado por 10 % dos eleitores (Deibert, 2017).

Retrospectivamente, Martelly caiu em desgraça com seus patronos. De modo análogo ao que aconteceu em Honduras, onde o governo do golpista Juan Orlando Hernández (JOH) foi apoiado pela potência norte-americana mas terminou condenado por narcotráfico, o alto escalão do governo Martelly e do seu sucessor arrisca a ser preso se pisar nos Estados Unidos (Haiti Libre, 2023). Mas diferente de JOH, o ex-presidente haitiano escapou da prisão e vivia em Miami quando foi sancionado em 2024 por cumplicidade com o narcotráfico e a violência das gangues (Reuters, 2024).

ACELERAÇÃO DA CRISE

Enquanto o Brasil era eliminado pela Bélgica na Copa do Mundo de 2018, o governo Moïse decretou um aumento no preço dos combustíveis, cortando um subsídio há muito criticado pelo Banco Mundial e o FMI. Naquele momento, a crise venezuelana condenava o fornecimento de petróleo barato via Petrocaribe e o programa foi encerrado no ano seguinte. Muitos entendem que o dia escolhido pelo governo não foi acidental. Considerando a

popularidade da seleção brasileira no país, esperava-se que uma vitória na Copa compensasse a má notícia, mas não foi assim. As ruas haitianas entraram em ebulição, marcando um ponto de inflexão em uma situação crítica que só se agravou desde então. Em lugar de renunciar frente à pressão popular que paralisou o país na operação *pays lock* (país bloqueado), Moïse não convocou eleições, dissolveu o parlamento e governou por decreto até ser assassinado em circunstâncias obscuras em 7 de julho de 2021 (IHU, 2024).

Além do impacto econômico do fim da cooperação petrolífera venezuelana, a denúncia de desvio dos quase 2 bilhões de dólares que fluíram ao país entre 2008 e 2016 geraram uma sensação de desperdício que aumentou a indignação. Como em outros contextos, notadamente a Nicarágua, o uso destes recursos não esteve sujeito à fiscalização venezuelana ou de ninguém. O próprio presidente era suspeito de estar no centro de esquemas fraudulentos na administração anterior (News Wire, 2020).

Os efeitos econômicos do encerramento do programa Petrocaribe foram agravados pela partida da Minustah no final de 2017 (Cherubin, 2025). Mais além do legado controverso da missão, o aparato militar-humanitário injetava recursos significativos, sem os quais não se explica o crescimento de 28 % do PIB do país nos anos que sucederam o terremoto, passando de US\$ 11,9 bilhões para US\$ 15,2 bilhões, segundo dados do Banco Mundial. O fim da Minustah também correspondeu a uma diminuição do fluxo de recursos associado à ajuda internacional, deprimindo a modalidade haitiana de individualismo desenvolvimentista. Para agravar o quadro, as remessas da diáspora diminuíram sensivelmente com a pandemia. Na medida em que o simulacro de desenvolvimento promovido pelo complexo militar-humanitário se desmanchava, a violência subia e a economia despencava. Desde então, o PIB encolheu progressivamente, diminuindo 1.7% em 2019, 3.3% em 2020, 1.8% em 2021, 1.7% em 2022, 1.9 % em 2023, com uma projeção de queda de 4.2% em 2024 (World Bank, 2025).

O desmanche do complexo militar-humanitário como aparato de contenção da crise, deu lugar à sua aceleração violenta. Na medida em que uma geração de reinseridos formados em construção, eletricitista, carpintaria e outros ofícios não conseguiam trabalhos, o espectro da guerra voltou a assombrar os guetos, enquanto o lixo se empilhava novamente nas esquinas. Neste mundo em que a mão de obra barata não encontra comprador, cresceu o poder de atração da base como lugar de dinheiro e aventura. Porém, a frustração da dimensão social e política da atuação da base (o « desenvolvimento ») significou que a influência do poder armado aumentou ano após ano, tendência impulsionada pelo regresso de dezenas de soldados e antigos chefes aos territórios com o colapso da Penitenciária Nacional durante o terremoto (Braum, 2014).

É certo que o Estado haitiano nunca centralizou totalmente a violência, que esteve difusa no tecido social na figura dos *macoute*, por exemplo. Mas em sua forma recente, a

violência se torna interna às comunidades, porque está colada à dinâmicas competitivas relacionadas à reprodução da vida. Grupos armados protagonizam sequestros, assaltos, roubam comida, combustível e outros suprimentos, além de extraírem renda de atividades diversas como alfândegas, mercados públicos, distribuição de água e eletricidade, rotas de ônibus e *tap-taps*, entre outros (The Global Initiative, 2022, p. 4). O *bisnis* da base não é a droga ainda que possam vendê-la, e diferente do Brasil, não existe disputa armada por postos de venda (Braum, 2025). Porém, outras configurações armadas relacionadas ao narcotráfico também prosperaram, com conexões internacionais. Diferente do tempo dos *macoute*, uns e outros operam com armas sofisticadas traficadas por policiais haitianos, dominicanos e até por igrejas, em geral provenientes dos Estados Unidos (Mistler-Ferguson, 2022). Não está claro o papel da Minustah e do exército brasileiro neste salto, mas é evidente que a violência mudou de natureza e de calibre (Thomaz, 2025). A memória anterior às intervenções pós Guerra Fria é de uma violência ordenada, enquanto a experiência presente é de uma desordem violenta.

Com a degeneração do Fanni Lavalas sob Aristide, a revolução virou desenvolvimento. Já a ruína da modalidade haitiana de individualismo desenvolvimentista consumou o divórcio entre política e violência nas periferias haitianas, que se tornou apenas violência. Uma violência que no passado recente era associada à luta política, se afirma cada vez mais como suporte de uma economia criminosa. Dissociada do desenvolvimento, a política vira violência, e a violência vira política.

O principal porta-voz desta política armada dos guetos é o ex-policial Jimmy Chérizier, mais conhecido como Barbecue. Em 2020, ele liderou a aglutinação de nove grupos de Porto Príncipe que conformaram o “G-9 e família”, todos com numerosos massacres no currículo. Seu principal negócio é a extorsão, mas o grupo também opera sequestros e em algumas instâncias controla a provisão de água e eletricidade. Em sintonia com a tradição política dos guetos, Barbecue se posiciona como um rebelde anti-imperialista à frente de uma luta popular, cuja ambição última é a revolução: “só estou fazendo uma luta social” (The Guardian, 2024a). Comunicador talentoso, Barbecue se regozija convidando correspondentes internacionais para coletivas de imprensa à maneira de um chefe de Estado, nas quais responde a perguntas com uma metralhadora à tira-colo tendo ao fundo a bandeira do Haiti (Barria, 2025). É uma das poucas vozes da sociedade haitiana contrária a uma nova intervenção.

Quando o presidente Moise foi assassinado em julho de 2021, o “Core Group” estabelecido por uma resolução das Nações Unidas que inclui diplomatas da Alemanha, Brasil, Canadá, Espanha, França e Estados Unidos, além de representantes da própria ONU, da OEA e da União Europeia, indicou o primeiro-ministro Ariel Henry para assumir as funções executivas. A legitimidade deste arranjo foi questionada por Barbecue, e o G9 cortou o acesso

ao terminal Varreux por onde chega a maior parte do combustível ao país, pressionando sem sucesso pela renúncia do primeiro-ministro (The Global Initiative, 2022, p. 12). Nos anos seguintes a situação continuou a se deteriorar e o impasse político se perpetuou. No final de 2023, Barbecue costurou uma aliança inédita com a federação rival, conhecida como G-PEP, batizando a coalizão como “Viv Ansanm” (Vivendo Juntos). Quando Henry viajou com a missão de mobilizar uma nova intervenção internacional no Haiti liderada pelo Quênia em abril de 2024, Viv Ansanm se levantou. Postos policiais se incendiaram, portos e prisões foram tomados de assalto e o aeroporto da capital foi cercado em reação às manobras do primeiro-ministro, consideradas espúrias: « Nós, haitianos, temos de decidir quem vai ser o chefe do país e que modelo de governo queremos », declarou Barbecue (The Guardian, 2024b).

Com o aeroporto de Porto Príncipe fechado e sem permissão para aterrissar na República Dominicana, Henry refugiou-se em Porto Rico e renunciou dias depois. Um conselho de transição presidencial com nove membros assumiu o comando do país, na expectativa de realizar eleições até fevereiro de 2026. Manobrando na base da violência para travar o jogo estatal conluiado com a intervenção internacional, Barbecue se afigura como o avesso do populismo punitivista do salvadorenho Nayib Bukele, cuja eficácia espetacular se baseia na violência capaz de liquidar, literalmente, a desordem encarnada por pessoas como Barbecue.

Em 2025, o domínio territorial dos grupos armados era desigual, poupando em grande medida o norte do país. Atravessado pela fragmentação e pelo medo, o país continuava sem presidente desde o assassinato de Moïse enquanto o palácio nacional continuava no chão. Na capital, o aeroporto abria de forma intermitente e o acesso por terra era arriscado, afetando a circulação de pessoas e mercadorias. Uma geração de crianças não conseguia frequentar a escola com assiduidade e a maioria dos haitianos pensava em maneiras de deixar o país rumo a um mundo que não os queria (Louis, 2025). Ao norte, o governo Biden não renovou a iniciativa CHNV que concedeu vistos temporários para venezuelanos, nicaraguenses, cubanos e haitianos, e sob Donald Trump as deportações tendiam a se intensificar (Moodie, 2024). No outro lado da ilha, o governo de Luis Abinader desenhava esquemas para desclassificar e deportar haitianos, alimentando a modalidade dominicana de política do ódio em um país cuja identidade nacional de matriz hispanista, se afirmou em oposição ao Haiti de raiz africana. Nos dois lados da fronteira, os haitianos que no passado buscavam mais Estado para assistir as pessoas, agora precisavam proteger as pessoas do Estado (Mudha, 2025).

REFLEXÕES FINAIS

Quando voltou à presidência pelas mãos de Clinton e vinte mil soldados em 1994, Jean-Bertrand Aristide era outro e o Haiti também. Frustrações se acumularam face a uma transição que nunca acabava, enquanto as sanções devastaram uma economia dependente

de importações e remessas. Os invasores embalarão a ajuda internacional em uma agenda de ajuste estrutural que sintonizou o país com o neoliberalismo e a globalização: a modalidade haitiana de capitalismo de desastre sustentava a nova rodada modernizadora.

Em um mundo em que o nacional-desenvolvimentismo saía de pauta, a deterioração do mundo do trabalho avançou na década de domínio político do Fanni Lavalas, enquanto a dissolução do exército descentralizou a violência. Nesse contexto, Aristide descambou para um populismo autoritário e messiânico apoiado em bases populares armadas que identificavam no presidente um aliado, enquanto grupos se insurgiram contra o caudilho em outras partes do país. No bicentenário da revolução, Aristide caiu pela segunda vez e o país foi invadido. Como dez anos antes, a retórica da democracia e dos direitos humanos como universais compensava a fragilidade legal da operação, que reciclava a ideologia da missão civilizatória. Mas qual a civilização possível em uma periferia rebelde de um sistema em crise estrutural no século XXI? O complexo militar-humanitário misturou militares e ONGs como areia e cimento na tentativa de escorar uma modernidade que desmorona para todos os lados e não só no Haiti, onde nunca se consolidou. Nos guetos, o “desenvolvimento” foi repaginado como a busca de apoio público ou da cooperação internacional na forma projeto. Inicialmente associado a um horizonte político que evocava um vocabulário revolucionário de ressonância popular, com a degeneração corrupta e violenta do Lavalas a revolução das bases virou desenvolvimento, enquanto a violência na disputa por recursos escassos escalou.

Neste quadro, o esparadrapo humanitário ganhou os contornos de uma grande gambiarra pacificadora: um dispositivo de contenção da corrosão social cujas contradições provocam a aceleração da própria crise. A despeito das intenções, a razão humanitária colabora para dissolver laços comunitários e potenciar a concorrência de todos contra todos, acelerando a espiral violenta em curso. Por isso, ela é indissociável do seu braço militar.

A dinâmica autofágica se acelerou com a partida da Minustah em 2017, que logo convergiu com o fim da Petrocaribe e a queda das remessas no contexto da pandemia. Retirado o esparadrapo militar-humanitário, a modalidade haitiana de individualismo desenvolvimentista ruiu. Dissociada do desenvolvimento, a política virou violência e a violência virou política. O que emergiu desta ruína foi a disputa criminosa pelo acesso à renda em uma economia que não produz valor. Em figuras como Barbecue, economia, política e violência são indissociáveis: a expropriação da renda é meio econômica, meio política e totalmente violenta. Ao mesmo tempo, financistas, importadores, maquiladoras continuam seus negócios. Não dá para fazer país na crise, mas dá para fazer dinheiro.

Qual a política possível em uma atmosfera onde reina a insegurança material e o medo? A possibilidade de planejar o futuro nessas condições se estreita a ponto de extin-

guir-se, comprometendo a política como projeção coletiva. Esvaziada como horizonte coletivo, a política se confunde com a luta pela sobrevivência a curto prazo. E no curto prazo, os haitianos querem outra Minustah (Reuters, 2023). Na impossibilidade da paz, aspira-se à pacificação: o sangue que corre pede esparadrapo. No início de 2025, o dilema do complexo militar-humanitário era fazer eleições para estabilizar o país, ou estabilizar o país para fazer eleições? (Crisis Group, 2025). No melhor dos cenários, a expectativa era recompor as condições e as contradições do passado, que trouxeram o país até aqui.

De um lado e de outro, as vozes mais ousadas consideravam chamar as confederações armadas para negociar: uma modalidade haitiana de *peacebuilding*. Porém, assim como em El Salvador, o histórico de violência destes grupos implica alta rejeição popular a qualquer pactuação. O caminho que anima corações e mentes haitianos é o do salvadoreno Nayib Bukele (Saint-Armande, 2025). O auto-definido “ditador mais cool do mundo mundial” declarou guerra às gangues, decretou estado de exceção renovado trinta e seis vezes (e contando), prendeu 85 mil pessoas atingindo a maior taxa de encarceramento do planeta e construiu uma prisão para 40 mil detentos, oferecendo vagas para abrigar prisioneiros de Trump por um preço módico – uma nova commodity geopolítica. Entretanto, a violência das maras diminuiu sensivelmente, conferindo popularidade ao presidente que driblou a constituição para se reeleger. Se os salvadorenses trocaram democracia por segurança, porque não o fariam os haitianos, que sequer tem uma democracia para sacrificar?

No passado, a Cuba de Fidel Castro foi muito respeitada no Haiti. Isso não significava necessariamente uma adesão ao socialismo, mas sim, que haitianos identificavam no vizinho caribeno uma liderança que garantiu estabilidade, unidade e respeito internacional. Mais do que uma perda de prestígio da democracia, a admiração por Bukele é sintoma de uma inflexão de alcance global. O horizonte revolucionário encarnado por Fidel projetava a mudança social como futuro, enquanto o populismo punitivista de Bukele propõe securitizar o existente. Assim como no Haiti, também em Cuba a consciência orgulhosa do passado já não alimenta horizontes futuros. Neste deslocamento entre a mudança social e a punição, revela-se um encolhimento de expectativas que transcende o Haiti, mas do qual o país não escapa. Sem futuro, o horizonte moderno se fecha sobre nós. E líderes como Bukele emergem como os novos guardiões dessas grades, para assegurar que ninguém delas escape.

REFERÊNCIAS

- ACTIONAID. Land grabbing in Haiti: the Caracol Industrial Park. **ActionAid**, 2016. Disponível em: <https://www.actionaidusa.org/work/land-grabbing-in-haiti-the-caracol-industrial-park/>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- ADRIANOPOLE GROUP. **The Codevi Free Zone**. <https://www.adrianoplegroup.com/post/the-codevi-free-zone>. Acesso: 20 abr. 2025
- ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BACEVICH, Andrew. **Washington rules**. New York: Metropolitan books, 2010.
- BELLEGARDE-SMITH, Patrick. **Haiti**. La ciudadela vulnerada. La Habana: Editorial Oriente, 2004.
- BRAUM, Pedro. **Rat pa kaka**: Política, Desenvolvimento e Violência no Coração de Porto Príncipe. Tese de Doutorado. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.
- CARTER, Jimmy. "Haiti's Election Needs Help". **The Carter Center**, 30 Set 1990. Disponível em: <https://www.cartercenter.org/news/documents/doc1379.html>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- CASTOR, Suzy. "La transición haitiana: entre los peligros y la esperanza". In: Observatorio Social de América Latina (OSAL). Debates. **La construcción democrática en Haití y el Caribe**. Buenos Aires: Clacso, Ano VIII, n. 23, 2008.
- CONCERTATION POUR HAÏTI. **Pour quoi doit-il Aristide partir?** Recommandations de la Concertation pour Haïti au gouvernement canadien. Fev 2004. Disponível em: <https://www.alterpresse.org/spip.php?article1166>. Acesso em: 25 abr. 2025.
- CRISIS GROUP. "Violence and Politics in Haiti's Transitional Government". Online pannel with Diego Da Rin (Analyst, Haiti), Emmanuela Douyon (Founder, Policite), Frantz Duval | (Editor-in-chief, Le Nouvelliste), Daniel Forti (Senior Analyst, UN Advocacy and Research) Acesso em: 26 fev. 2025.
- DEIBERT, Michael. **Haiti will not perish**. A recent history. London: Zed Books, 2017.
- DOURA, Fred, **Haïti**: histoire et analyse d'une extraversion dépendente organisée. Quebec: Dami, 2010.
- DUBOIS, Laurent. **Haiti**. The aftershocks of history. New York: Picador / Metropolitan Books, 2013.
- ÉTIENNE, Sauveur Pierre. **L'énigme haïtienne**. Presses de l'Université de Montréal, 2007.
- GIBBONS, E; Garfield, R. The impact of Economic Sanctions on health and Human Rights in Haiti 1991–1994. **American Journal of Public Health**. Oct.1999.
- GRANDIN, Greg. "Martelly: Haiti's second great disaster". Al Jazeera, 4 May 2011. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/opinions/2011/5/4/martelly-haitis-second-great-disaster>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- HAITI LIBRE. "Haiti - FLASH: List of all Haitians sanctioned since 1 year". Haiti Libre, 27 Out 2023. Disponível em: <https://www.haitilibre.com/en/news-40821-haiti-flash-list-of-all-haitians-sanctioned-since-1-year.html>. Acesso em: 25 abr. 2025.
- HARIG, Christopher. "Re-Importing the 'Robust Turn' in un Peacekeeping: Internal Public Security Missions of Brazil's Military International Peacekeeping", International Peacekeeping, v. 26, n. 2, p. 137-64, 3 dez. 2018.
- HECTOR, Cary. "Perspectivas de reconstrucción democrática en Haiti (2004-2011)". Em: Observatorio Social de América Latina (OSAL). Debates. La construcción democrática en Haití y el Caribe. Buenos Aires: Clacso, Ano VIII, n. 23, 2008.
- HURBON, Laënnec. **Pour une sociologie d'Haïti au XXIe siècle**. La démocratie introuvable. Paris: Karthala, 2001.
- INSTITUTO DE HUMANIDADES DA UNISINOS (IHU). A origem da atual onda de violência no Haiti. Entrevista com Mamyrah Prosper, Ernst Jean-Pierre, Sabine Lamour e Georges Eddy Lucien. **IHU**, 7 Set 2024. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/643217-a-origem-da-atual-onda-de-violencia-no-haiti->

[entrevista-com-mamyrah-prosper-ernst-jean-pierre-sabine-lamour-e-georges-eddy-lucien](#). Acesso em: 20 abr. 2025.

JUSTE, Jean Anil Louis. **Internacional Comunitária**: ONG's chamadas alternativas e Projeto de Livre Individualidade e crítica à parceria enquanto forma de solidariedade de espetáculo no desenvolvimento de comunidade no Haiti. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

LAKE, Anthony. The White House, Washington. **Meeting with president Jean-Bertrand Aristide**. March 15, 1993a.

LAKE, Anthony. **The Role of the UN and OAS**. March 15 1993b.

MISTLER-FERGUSON, Scott. Episcopal Church Embroiled in Arms Trafficking Accusations in Haiti". **Insight Crime**, 20 Out 2022. Disponível em: <https://insightcrime.org/news/episcopal-church-embroiled-arms-trafficking-haiti/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

MOODIE, Alison. "Biden Administration Will Not Renew Legal Status for Hundreds of Thousands of Migrants from Four Countries". Boundless, 8 Out 2024. Disponível em: https://www.boundless-com.translate.google.com/blog/biden-administration-ends-temporary-stay-program-thousands-of-migrants-from-four-countries/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc. Acesso em: 20 abr. 2025.

NEWS WIRES. PetroCaribe scandal: Haiti court accuses officials of mismanaging \$2 bln in aid. France 24, 18 Ago 2020. Disponível em : <https://www.france24.com/en/20200817-petrocaribe-scandal-haiti-court-accuses-officials-of-mismanaging-2-bln-in-aid>. Acesso em: 25 abr. 2025.

NINAJ, Raoul. "Bill Clinton's Trade Policies Destroyed Haitian Rice Farming, Now Haiti Faces Post-Hurricane Famine". **Democracy now**, 11 Out 2016. Disponível em: https://www.democracynow.org/2016/10/11/bill_clinton_s_trade_policies_destroyed. Acesso em: 20 abr. 2025.

OFFICE OF THE VICE-PRESIDENT. **Meeting with Haitian Prime Minister Michel and Finance Minister Rey**. Washington, Set 1995.

PEZZULLO, Ralph. **Plunging into Haiti**: Clinton, Aristide, and the Defeat of Diplomacy. University Press of Mississippi, 2006.

PIERRE-CHARLES, Gérard. **Haiti**. Pese a todo, la utopia. Buenos Aires: Clacso, 2020.

LA DOCUMENTATION FRANÇAISE. Rapport au ministre des affaires étrangères, M. Dominique de Villepin, du Comité indépendant de réflexion et de propositions sur les relations Franco-Haïtiennes. Janvier 2004. Disponível em: <http://www.ladocumentationfrancaise.fr/rapports-publics/044000056/index.shtml>. Acesso em: 25 abr. 2025.

REUTERS. Around 70% of Haitians back international force to fight gangs, survey says. **Reuters**, 3 Fev 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/around-70-haitians-back-international-force-fight-gangs-survey-says-2023-02-04/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

REUTERS. "US sanctions Haiti's ex-president Martelly, citing drug trafficking". **Reuters**, 20 Ago 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/us-imposes-sanctions-former-haitian-president-over-drug-trafficking-2024-08-20/>. Acesso em: 20 Abr 2025.

ROBINSON, Nathan J. What the Clintons did to Haiti. **Current Affairs**, November 2016. Disponível em: <https://www.currentaffairs.org/news/2016/11/what-the-clintons-did-to-haiti>. Acesso em: 20 Abr 2025.

ROLPH-TROUILLOT. **State against nation**. The origins and legacy of Duvalierism. New York: Monthly Review Press, 1990.

SAINT-ARMAND, Géraldo. **Politiques de l'insécurité**. Une anthropologie narrative du regime d'existence institué en Haiti. Éditions Étoile Polaire, 2021.

SCHULLER, Mark. Haiti's "Republic of NGOs". **Current History**, vol. 116, no. 787, 2017, pp. 68–73. JSTOR, <https://www.jstor.org/stable/48614231>.

SEITENFUS, Ricardo A. S., *et al.* **Reconstruir Haiti**: Entre La Esperanza y El Tridente Imperial. CLACSO, 2016.

SMART, Rosny. Las desventuras de la democracia en Haiti. In: OBSERVATORIO SOCIAL DE AMÉRICA LATINA (OSAL). **Debates**. La construcción democrática en Haití y el Caribe. Buenos Aires: Clacso, Ano VIII, n. 23, 2008.

THE GLOBAL INITIATIVE AGAINST TRANSNATIONAL ORGANIZED CRIME. **Gangs of Haiti**. Expansion, power and an escalating crisis. Genève, 2022.

THE GUARDIAN. Is the feared gang boss 'Barbecue' now the most powerful man in Haiti? **The Guardian**, 10 Mar 2024a. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2024/mar/10/haiti-gang-boss-kingpin-barbecue-jimmy-cherizier>. Acesso em: 25 abr. 2025.

THE GUARDIAN. "Haiti PM Ariel Henry resigns after gang insurrection caused days of chaos". The Guardian, 12 Mar 2024b. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2024/mar/12/haiti-pm-ariel-henry-resignation-details-update>. Acesso em: 20 abr. 2025.

THOMAZ, Omar Ribeiro. **O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou**. Novos Estudos CEBRAP (86), Mar 2010. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100002>.

UNODC. United Nations Office on Drugs and Crime. **Haiti criminal markets**. Mapping trends in firearms and drug trafficking. UNODC, 2023.

VICTOR, Fabio. Haiti, terra desolada. **Revista Piauí**, N. 155, Ago 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/terra-desolada/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu**. A retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

WARGNY, Christophe. **Haïti n'existe pas**. Paris: Éditions Autrement, 2008.

WILENTZ, Amy. René Préval: The Unassuming President Who Wanted to Save Haiti. Politico Magazine. 28 Dec 2017. Disponível em : <https://www.politico.com/magazine/story/2017/12/28/rene-preval-obituary-216191/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

WORLD BANK. Country overview. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/haiti/overview>. Acesso em: 25 abr. 2025.

Conversas citadas, realizadas no norte do Haiti e na República Dominicana entre 26 jan e 8 fev 2025

ASSOCIATION DES PAYSANS DU TROU DU NORD (APTNI).

BARRÍA, Orlando. Jornalista da Associated Press no Haiti e República Dominicana.

CHERUBIN, Joseph. Movimento Sociocultural de Trabalho Humanitário e Ambiental (MOSCTHA).

DORIVAL, Daniel. Professor da Universidade do Estado do Haiti.

EYMA JR, Émile. Historiador e diretor do *Institut de recherche et d'appui technique en aménagement du milieu* (IRATAM).

LOUIS, Emerson. Professor da Universidade do Estado do Haiti.

MUDHA - *Movimiento de mujeres dominico haitianas* (Liliana Dores, Isabel de la Cruz, Cristiana Luiz).

SAINT-ARMANDE, Géraldo. Professor da Universidade do Estado do Haiti.

TADEUSZ. Coordenador movimento de trabalhadores rurais em Milot, norte do Haiti.

Conversas citadas realizadas online

BRAUM, Pedro. Pesquisador e colaborador da ONG Viva Rio (5 Mar 2025)

SEITENFUS, Ricardo. Diplomata brasileiro, foi chefe da missão da OEA no Haiti (30 Nov 2024).

THOMAZ, Omar Ribeiro. Antropólogo e professor da Unicamp (Diversas conversas ao longo de 2024).

Recebido em maio/2025 | Aprovado em setembro/2025

MINIBIOGRAFIA

Fabio Luis Barbosa dos Santos

Doutor em História Econômica (USP, 2011). Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo. Professor do Programa de Pós Graduação Integração da América Latina (Prolam-USP).
E-mail: fabiolico@qq.com